

MONITORAMENTO 5º PLANO DE AÇÃO – OGP
2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DA SOCIEDADE CIVIL
PARA ACESSORAMENTO EM GOVERNO ABERTO

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

1) **Data:** 22.07.2022

2) **Local:** Controladoria-Geral da União (CGU)

3) **Participantes:**

- **Controladoria-Geral da União (CGU)**

Rogério Vieira dos Reis

Mariana Zanatta

Maíra Póvoa

Luis Eduardo Santiago Campos

Paula Pires Penna e Naves

Priscilla Haueisen Dias Ruas

Renata Simas

Wevanys Fernandes Araujo

- **Observatório do Código Florestal**

Roberta Rubim del Giudice

- **Observatório Social do Brasil - Rio de Janeiro**

Tatiana Quintela de Azeredo Bastos

- **Transparência Brasil**

Marina Atoji

- **Laboratório de Inovação em Políticas Públicas (LAB)**

Fernanda Scovino Machado

- **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**

Rita de Cássia Marques do Nascimento

Larissa Gomes

- **Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS)**

Ana Eliza Duarte

4) Desenvolvimento

A reunião iniciou-se com fala de abertura do Coordenador-Geral de Transparência e Governo Aberto da CGU, Rogério Vieira dos Reis, que agradeceu a presença de todos e fez uma breve explicação sobre o processo de elaboração do Relatório do Review de Governo Aberto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Coordenador mencionou que a OCDE e o governo brasileiro firmaram, em 2020, acordo para a elaboração de uma Avaliação de Governo Aberto no Brasil e que o resultado deste trabalho foi publicado em junho de 2022.

O documento traz recomendações para o país, que foram elaboradas com base em dados e evidências coletados em 42 entrevistas e 74 questionários realizados com diversos representantes da sociedade e de órgãos governamentais de todos os Poderes. Estes especialistas forneceram informações sobre a estrutura jurídica, institucional e política, assim como sobre as práticas de governo aberto no Brasil. A compilação e análise da OCDE resultaram em recomendações divididas em capítulos sobre transparência, participação cívica, governança em governo aberto, participação social e *accountability*.

O Coordenador destacou que as recomendações da avaliação são essenciais para o Brasil realizar transformações estruturais e estratégicas necessárias para avançar em direção a uma agenda de governo aberto totalmente integrada e transformadora e que esteja em conformidade com os padrões de países membros da OCDE. Nesse sentido, explicou que a previsão é que, nos próximos anos, o governo brasileiro implemente as recomendações de curto prazo, com a expectativa de que algumas dessas componham o 6º Plano de Ação Nacional da Parceria para Governo Aberto (OGP).

Rogério Vieira dos Reis também ressaltou a importância de implementar algumas recomendações já na fase de elaboração do 6º Plano de Ação. Nesse sentido, o Coordenador mencionou que a OCDE recomendou a criação de um Fórum *Multi-stakeholder* (comitê composto por representantes do governo e de entidades da sociedade) para coordenar o processo da OGP como subcomitê de um novo fórum a ser criado que poderia ser denominado de Conselho Nacional de Governo Aberto (COGA). O Coordenador destacou que a OGP também aponta, em diversos relatórios e documentos orientativos, a importância de o país estabelecer um fórum com múltiplos atores do governo e da sociedade que possibilite o constante diálogo e colaboração, ao longo de todo o ciclo dos Planos de Ação Nacional, bem como em iniciativas e reformas de governo aberto mais abrangentes.

Diante disso, e considerando que o GT atual teria como finalidade contribuir especificamente com o monitoramento e a avaliação da implementação do 5º Plano de Ação Nacional, o Coordenador pontuou sobre a importância de se estabelecer um Fórum *Multi-stakeholder* para atuar na elaboração do 6º Plano de Ação. Como o Decreto 10.160/2019 limita a composição dos grupos de trabalho do CIGA a, no máximo, sete



membros, a composição desse novo Fórum contaria com três atores do governo e três atores da sociedade civil. Assim, o coordenador solicitou que os presentes auxiliassem a refletir sobre formas de seleção de representantes da sociedade para compor o Fórum *Multi-stakeholder*.

Os participantes discutiram os possíveis desenhos para a seleção de novos representantes da sociedade civil, tendo, ao final, chegado ao consenso de que a melhor alternativa seria que o GT atual realizasse a seleção dos novos membros da sociedade civil para compor o Fórum *Multi-stakeholder*. Diante disso, os representantes do GT marcaram reunião para o dia 15 de agosto de 2022, a fim de iniciar a elaboração do processo de seleção dos novos membros. Já a CGU se dispôs a auxiliar com o processo de habilitação dos atores selecionados pelo GT, bem como com a disponibilização de materiais e documentação de processos de seleção realizados anteriormente. Também se comprometeu em apresentar retorno, ao grupo, sobre a validação da proposta em outras instâncias governamentais em tempo hábil para que seja possível ao GT dar prosseguimento com as discussões na reunião de agosto.

Ao fim da reunião, o Coordenador-Geral de Transparência e Governo Aberto da CGU, Rogerio Vieira dos Reis, agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância da parceria e comprometimento do Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para Assessoramento em Governo Aberto para avançar na busca por sedimentar os princípios de governo aberto e realizar reformas importantes para o país.